



## NOVO GOVERNO

Escolhido como articulador político no Congresso, Jaques Wagner diz que indicação de um ministro da Fazenda facilitaria o avanço da proposta no Parlamento. Presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann contesta. Para ela, o que falta é articulação política no Senado

Wallace Martins/Esp. CB



Jaques Wagner: "O problema é que não tem nome (de ministro) na mesa, tem na cabeça do presidente"



Gleisi Hoffmann: "Não é a falta de ministro. Temos de respeitar o tempo do presidente Lula"

# PEC travada provoca discórdia na transição

» HENRIQUE LESSA

O impasse nas negociações da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição provocou ruídos, ontem, na equipe provisória do novo governo. Escolhido como o articulador político no Congresso, o senador Jaques Wagner (PT-PA) afirmou que a definição de um ministro da Fazenda facilitaria a tramitação do texto. A declaração foi rapidamente rebatida pela presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann, criando uma saia justa no grupo.

A PEC prevê a exclusão de quase R\$ 200 bilhões do teto de gastos para bancar o Auxílio Brasil, que voltará a se chamar Bolsa Família; para o adicional de R\$ 150 para criança de até 6 anos; e para investimentos públicos. O montante e o prazo em que ficará extrateto travam o avanço da proposta.

"Acho que falta, por enquanto, um ministro da Fazenda", argumentou Jaques Wagner, na saída

de uma reunião no Centro Cultural do Banco do Brasil, sede temporária do novo governo. "Acho que facilita, mas não depende de mim. É uma opinião. Quem vai decidir é o presidente da República", acrescentou.

Wagner confirmou que se reunirá hoje com Lula na capital paulista. Ele deve pedir ao futuro chefe do Executivo que anuncie, assim que possível, o escolhido para comandar a Fazenda. "O problema é que não tem nome na mesa, tem na cabeça do presidente", frisou. Ao ser questionado sobre a responsabilidade pela articulação, disse não acreditar em mágica. "Ninguém sozinho vai fazer nada. Estou ajudando porque essa é minha experiência, de articulador político, mas não sou eu que estou fazendo sozinho, tem muita gente envolvida. Querem botar nas minhas costas tudo", desabafou.

Horas depois, Gleisi Hoffmann refutou a alegação de Wagner. "Está faltando é articulação

política no Senado. Por isso, acho que nós travamos na PEC. A forma como foi iniciado o processo, sem falar ou sem formatar uma base mais forte de governo. Não é a falta de ministro", ressaltou a presidente nacional do PT. "Temos de respeitar o tempo do presidente Lula."

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que coordena o grupo técnico de Desenvolvimento Regional no gabinete de transição, afirmou que a PEC mais rápida da história levou 37 dias, o que demonstra a dificuldade para a aprovação do texto pretendido pelo novo governo. "Não precisamos ter ansiedade com a PEC", frisou.

Randolfe também destacou os obstáculos à articulação, que envolve um futuro Executivo tentando negociar com um Congresso no qual diversos integrantes não conseguiram a reeleição. "É um Parlamento antigo querendo fazer exigências a um governo novo", disse.

## Alternativas

Ante as dificuldades na articulação política no Congresso, a equipe de transição colocou de novo na mesa de negociações a proposta de bancar o pagamento do Auxílio Brasil em 2023 por meio de crédito extraordinário, sem a necessidade de aprovação de uma PEC. O instrumento legal escolhido para isso seria uma medida provisória.

Em declarações na quarta-feira e ontem, Gleisi Hoffmann deu a sinalização de que o novo governo poderá buscar outros "instrumentos" e "saídas", caso não viabilize a aprovação da PEC até a posse de Lula.

A saída em análise incluiria, ainda, a apresentação de uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para enfatizar que o governo Lula deseja cumprir decisão da Corte que garante o pagamento de uma renda básica no país.

Em decisão proferida em 2021, o Supremo Tribunal Federal

(STF) obrigou o governo a pagar uma renda básica com base na Lei 10.835, de 2004, de autoria do ex-senador Eduardo Suplicy, que nunca tinha sido regulamentada.

Nessa ação, seria alegado que o governo Jair Bolsonaro não regulamentou a medida, que a decisão está suspensa, mas que o governo eleito quer cumpri-la. Para garantir o direito à renda em 2023, se pediria ao Supremo uma exceção à observância das regras fiscais.

A opção chegou a ser discutida no início das negociações, logo depois da eleição, e foi descartada em seguida pelo comando da transição, após Lula ter dito que o caminho preferencial seria pela política.

Pesa nessa articulação o risco político de reação do Congresso de judicializar a decisão. Mas essa alternativa é estudada pela equipe de Lula caso o petista não consiga apoio suficiente para aprovar uma PEC no Senado. (Com Agência Estado)



É um Parlamento antigo querendo fazer exigências a um governo novo"

**Randolfe Rodrigues (Rede-AP), um dos integrantes da equipe de transição, sobre as dificuldades com a PEC**

Reprodução/YouTube @Fernando Haddad



Haddad sofre resistências do mercado financeiro e no Congresso

## Lula testa Haddad na Fazenda

O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva testa as resistências ao nome de Fernando Haddad para o comando do Ministério da Fazenda com a possibilidade de o ex-prefeito de São Paulo fazer uma dupla com o economista Persio Arida na equipe econômica.

O primeiro sinal já foi dado por Lula. Haddad está escalado para representá-lo no almoço anual de dirigentes dos bancos na Febraban com a presença do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. O encontro ocorrerá hoje, em São Paulo. A aposta no ex-prefeito paulista cresceu depois que ele acompanhou Lula ao Egito, na COP27.

A expectativa é de uma sinalização mais forte do presidente eleito. Não seria ainda uma indicação oficial, mas "gestos" para mostrar que Haddad tem todas as condições políticas e técnicas para ocupar o cargo. O futuro chefe do Executivo vai colocar o ex-prefeito para engatar

### Orçamento secreto

As negociações do orçamento secreto, que consiste na transferência de verba a parlamentares, sem critérios de transferência, em troca de apoio político, são outra dor de cabeça para quem sentar na cadeira do Planejamento, concentrador da gestão orçamentária.

"conversas" com representantes do mercado nos próximos dias.

Apesar da articulação, Haddad sofre resistências do mercado financeiro e também no Congresso, inclusive de parlamentares do próprio PT. Barreiras que os apoiadores dele acreditam que podem ser superadas.

Com a ideia de Persio Arida na equipe econômica, esse caminho poderia ser pavimentado, na avaliação dos defensores do nome de Haddad.

A grande questão é se Arida, considerado um dos economistas mais brilhantes de sua geração e um dos formuladores do Plano Real, aceitaria ser uma figura secundária numa pasta que

sempre foi considerada de menos poder na Esplanada, antes da formação do superministério da Economia de Paulo Guedes, que será dividido por Lula.

Com a necessidade de reforma não só do arcabouço fiscal para substituir o teto de gastos, mas também da gestão orçamentária, o novo Ministério do Planejamento poderia ganhar outro patamar, principalmente no caso de Lula resolver tocar a reforma administrativa, de reestruturação do serviço público.

Um tema caro na agenda de Arida é a modernização da administração pública e da institucionalização de buscas de resultados no serviço público,

começando pelo processo de execução orçamentária financeira, cuja legislação é dos anos 1960.

Por outro lado, é na equipe oriunda do antigo Ministério do Planejamento que se dão as negociações salariais do funcionalismo — um espeto complicado

em tempos normais e muito mais difícil depois de anos de reajustes salariais congelados por Paulo Guedes.

Já a possibilidade de Arida ocupar uma secretária-executiva de um ministério comandado por Haddad, que circulou, ontem, no mercado financeiro, é considerada muito difícil (ou quase zero), segundo pessoas próximas ao economista.

A senha de que a definição do nome para o Ministério da Fazenda por Lula está próxima foi dada pelo senador Jaques Wagner (PT-BA), ao defender, ontem, a indicação para facilitar a negociação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição.